

Ana Cristina Ferreira de Sousa Leal

**A LEGÍTIMA
DO
CÔNJUGE SOBREVIVO**
ESTUDO COMPARADO HISPANO-PORTUGUÊS

COLEÇÃO
teses

Almedina

ÍNDICE GERAL

PRÓLOGO	15
NOTA PRÉVIA.....	21
ABREVIATURAS.....	23
INTRODUÇÃO.....	25

PARTE PRIMEIRA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ESTATUTO SUCESSÓRIO DO CÔNJUGE SOBREVIVO

CAPÍTULO PRIMEIRO: DIREITO ROMANO	31
CAPÍTULO SEGUNDO: DIREITO GERMÂNICO	36
CAPÍTULO TERCEIRO: DIREITO HISTÓRICO HISPANO-PORTUGUÊS ..	39
I - Período Visigodo	39
II- Alta Idade Média	41
III - Baixa Idade Média	45
IV - Período Individualista	48
1. Época Pombalina	48
2. Movimento Codificador	50
A) O Código Civil português de 1867	50
B) O Código Civil português de 1966	51
C) Processo Codificador e Código Civil espanhol de 1889	53

PARTE SEGUNDA
**CRITÉRIOS REGULADORES DO FENÓMENO JURÍDICO-
 SUCESSÓRIO**

CAPÍTULO PRIMEIRO: SUCESSÃO <i>MORTIS CAUSA</i>	
E ESTRUTURA DO FENÓMENO SUCESSÓRIO	59
I - Conceito de sucessão	59
II - Herança e legado	61
1. Critérios legais de distinção das figuras do herdeiro e do legatário ..	61
2. Estatutos legais do herdeiro e do legatário	65
3. Estrutura e função da herança e do legado	79
CAPÍTULO SEGUNDO: MODALIDADES	
DE DESIGNAÇÃO SUCESSÓRIA DO CÔNJUGE SOBREVIVO	81
I - Enquadramento geral	81
II - O chamamento à sucessão legitimária ou forçosa	91
1. Introdução	91
2. A legítima vidual usufrutuária como <i>tertium genus</i>	96
3. O problema da efectivação dos direitos legitimários do cônjuge sobrevivo na sucessão intestada no Código Civil espanhol ..	100

PARTE TERCEIRA
LEGÍTIMA DO CÔNJUGE SOBREVIVO

CAPÍTULO PRIMEIRO: EVOLUÇÃO DA INSTITUIÇÃO	
FAMILIAR E LEGÍTIMA DO CÔNJUGE SOBREVIVO	107
I - Repercussão da actual concepção da família sobre os regimes matrimoniais de bens	107
II - Conexão entre os regimes matrimoniais supletivos e o estatuto sucessório do cônjuge sobrevivo	113
CAPÍTULO SEGUNDO: CARACTERÍSTICAS	
E PRESSUPOSTOS DA LEGÍTIMA DO CÔNJUGE SOBREVIVO	120
I - Introdução	120
II - Características comuns	121
1. Legítima de carácter geral	121
2. Legítima variável e concorrente	122

3. Legítima vitalícia e recíproca	124
4. Independência do regime de bens do casamento	125
III - Aspectos divergentes	127
1. Modo de atribuição da legítima	127
A) Usufruto e propriedade	127
B) Regime do usufruto legal do cônjuge sobrevivente	137
C) Formas subsidiárias de pagamento da legítima em usufruto	153
a) Introdução	153
b) A faculdade de comutação prevista no artº 839º do Código Civil espanhol	155
c) A faculdade de comutação prevista no artº 840º do Código Civil espanhol	162
d) A modalidade de preenchimento da legítima viual prevista no artº 152º/2 da Lei de Direito Civil da Galiza	166
e) Repercussão da faculdade de comutação na intangibilidade qualitativa da legítima viual	169
2. Garantias de pagamento da legítima viual no Código Civil espanhol ...	172
IV - Legítima do cônjuge sobrevivente e atribuições voluntárias	175
1. O usufruto viual universal na Lei de Direito Civil da Galiza	175
2. O usufruto viual universal no Código Civil espanhol	185
V - Pressupostos da legítima do cônjuge sobrevivente	194
1. Introdução	194
2. Existência de casamento válido	196
A) A situação do cônjuge putativo	198
3. Morte do autor da sucessão na constância do casamento	202
A) Introdução	202
B) Divórcio	203
C) Sentença de separação	206
D) Reconciliação e perdão	214
E) Sentença de divórcio ou separação ainda não transitada em julgado no momento da morte de um dos cônjuges	216
F) Separação de facto	220
CAPÍTULO TERCEIRO:	
LEGÍTIMA DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE E COLAÇÃO	228
I - Introdução	228
II - Pressupostos e fundamento da colação	229

III - Objecto da colação	234
IV - Modo de efectuar a colação	242
V - Os sujeitos passivos da colação	245
1. Introdução	245
2. O problema da sujeição do cônjuge sobrevivido à colação	247
A) No Código Civil português	247
B) No Código Civil espanhol	255
CAPÍTULO QUARTO: DIREITOS E DEVERES DO CÔNJUGE SOBREVIVO LEGITIMÁRIO	259
I - Introdução	259
II - Gestão e administração dos bens da herança	262
1. Introdução	262
2. Direitos e deveres do cônjuge sobrevivido administrador da herança ..	269
III - Partilha da herança	282
1. O direito de exigir a partilha	282
2. Os direitos de atribuição preferencial na partilha	287
3. Deveres do cônjuge sobrevivido na partilha	297
IV - Exercício de faculdades possessórias relativamente aos bens da herança	298
V - Direito de preferência na alienação da herança	301
VI - A faculdade de exercício do cargo de <i>contador-partidor</i>	303
1. Regime-regra	303
2. As excepções contidas no Código Civil espanhol e na Lei de Direito Civil da Galiza	305
A) Os art's 831º do Código Civil espanhol e 141º e ss. da Lei de Direito Civil da Galiza	305
a) Pressupostos da delegação da faculdade de melhorar	307
b) Conteúdo do poder do cônjuge sobrevivido	309
B) O artº 159º/1 da Lei de Direito Civil da Galiza	312
3. Alguns aspectos do exercício das funções divisórias pelo cônjuge sobrevivo	313
VII - Responsabilidade por dívidas hereditárias	317
CAPÍTULO QUINTO: TUTELA DA LEGÍTIMA DO CÔNJUGE SOBREVIVO	324
I - O princípio da intangibilidade da legítima: alcance actual	324
II - Meios de protecção da legítima do cônjuge sobrevivido	326

1. Introdução	326
2. Meios directos de protecção da legítima	328
A) Impugnação de negócios simulados que prejudiquem a legítima ..	328
B) Renúncia antecipada à legítima	335
a) Regime-regra	335
b) O apartamento na Lei de Direito Civil da Galiza	342
C) Rescisão da partilha realizada em vida pelo testador	349
D) Proibição de encargos	351
E) Acção de reclamação da legítima	354
F) Acção de suplemento da legítima	356
a) Introdução	356
b) A tutela da legítima vidual através da acção de suplemento no Código civil espanhol	359
c) Título de atribuição do complemento	361
d) Natureza da acção de suplemento	363
G) Acção de redução de liberalidades inoficiosas	366
a) Legitimidade para a acção de redução	367
b) Objecto da acção de redução	369
c) Ordem da redução	371
d) Termos em que opera a redução	372
e) Natureza da acção de redução	374
f) Prazos de exercício da acção	376
H) Deserdação	380
a) Introdução	380
b) Causas de deserdação do cônjuge sobrevivente	383
c) Efeitos da deserdação do cônjuge sobrevivente	390
c') Na deserdação justa	390
c'') Na deserdação injusta	395
d) Reabilitação do cônjuge sobrevivente deserdado	397
I) Preterição	401
a) Evolução legislativa do instituto no Código Civil espanhol	402
b) Conceito de preterição	404
c) Preterição não intencional do cônjuge sobrevivente	408
d) Preterição intencional do cônjuge sobrevivente	409
e) A acção de preterição	412
3. Meios indirectos de protecção da legítima	414
A) Introdução	414

B) Inabilitação por prodigalidade	415
C) Ausência	418
D) Impugnação da filiação nos termos do artº 140º do Código Civil espanhol	421
CAPÍTULO SEXTO: NATUREZA JURÍDICA	
DA LEGÍTIMA DO CÔNJUGE SOBREVIVO	424
I - Introdução	424
II - A natureza da legítima nos ordenamentos jurídicos português e espanhol	427
III - A natureza jurídica da legítima do cônjuge sobrevivente no Direito espanhol	440
1. O cônjuge como herdeiro forçoso	441
2. O cônjuge como legatário: pertinência da figura do legado <i>ex lege</i> ..	444
3. Posição adoptada	448
CONCLUSÕES	451
BIBLIOGRAFIA	471